

AS PRIORIDADES PERMANENTES

- Valorizar as Forças Operacionais
- Consolidar uma Doutrina Integrada
- Criar Espaços de Informação Pública



OS DESAFIOS

CONDIÇÕES

METEOROLÓGICAS

EXTREMAS

ACUMULAÇÃO DE BIOMASSA



AUMENTO DO RISCO



ALTERAÇÃO DA NORMALIDADE DA VIDA DAS POPULAÇÕES



DANOS ECONÓMICOS
E ECOLÓGICOS
IMPORTANTES



DESENCADEAR DE SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA



PARA AS QUAIS HÁ NECESSIDADE DE UMA RESPOSTA EFICAZ E EFICIENTE

IDENTIFICANDO
PREVIAMENTE
À ESCALA LOCAL,
AS ÁREAS HISTORICAMENTE
MAIS VULNERÁVEIS

ANALISANDO E AVALIANDO
PERMANENTE E
ATEMPADAMENTE
OS RISCOS

PERMITINDO A DIFUSÃO
DE ALERTAS ESPECÍFICOS
E A ADOPÇÃO DE
COMPORTAMENTOS DE
PREVENÇÃO E PRECAUÇÃO
ADEQUADOS

GARANTINDO UMA
APROPRIADA GESTÃO
INTEGRADA DOS MEIOS, QUE
RESPONDA COORDENADA E
OPORTUNAMENTE ÀS
CONSEQUÊNCIAS DOS
EVENTOS



AS IDEIAS FORÇA





AS IDEIAS FORÇA





AS IDEIAS FORÇA



AS IDEIAS FORÇA

A DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS É UM

DESIGNIO NACIONAL



3º PILAR INSTITUCIONAL DA DFCI





FACTORES QUE INFLUENCIAM OS INCÊNDIOS FLORESTAIS

Factores Factores Factores influentes no influentes na influentes no aparecimento de propagação das combate aos ignições ignições incêndios Rapidez da detecção Meteorologia Pessoas - 98 % Local Hora Combustíveis ocorrências em simultâneo Natureza – 02% **Vento Humidade dos** Relevo combustíveis Dispositivo de resposta



CARACTERÍSTICAS DA DON



Directiva Operacional Nacional nº 2 / 2009

Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais

15 de Abril de 2009







PLURIANUAL

PERMANENTE

UNIVERSAL

FLEXIVEL

SUBSIDIÁRIA DA DON 01/2009 - DIOPS

ADEQUADA NOVA LEGISLAÇÃO









FINALIDADE DON



Definir a estrutura de Direcção, Comando e Controlo



Definir princípios, normas e regras de actuação



Preparar e organizar antecipadamente os meios para garantir uma resposta integrada



Permitir desencadear acções imediatas destinadas a limitar os danos

DIRECÇÃO POLÍTICA DO DECIF

SECRETÁRIO ESTADO DA PROTECÇÃO CIVIL

Por delegação do MINISTRO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

GOVERNADORES CIVIS

Elementos fundamentais na direcção politica e na coordenação estratégica do DECIF

PRESIDENTES CAMARA

Preponderante acção de coordenação politica ao nível local



CONCEITO DE OPERAÇÃO DO DECIF

SEGURANÇA PERMANENTE

COMANDO ÚNICO

CAPACIDADE ANTECIPAÇÃO RESPOSTA INTEGRADA



A MATRIZ DE ACÇÕES DO DECIF





ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO DECIF

A organização do DECIF é flexível e diferenciada, face:

- À tipologia dos incêndios;
- Ao número de incêndios;
- À intensidade das consequências;
- Ao grau necessário de prontidão e mobilização das estruturas, forças e unidades de combate;

O DECIF organiza-se e funciona de forma distinta, em conformidade com a Fase de Perigo e o Estado de Alerta activado:

- Fases Alfa e Echo;
- Fases Bravo, Charlie e Delta;
- Estado Normal;
- Estado de Alerta Especial.



ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO DECIF

No Estado Normal, que inclui o nível Verde, as actividades desenvolvidas pelo DECIF são de:

- Rotina;
- Monitorização da situação em matéria de riscos e vulnerabilidades.

No Estado de Alerta Especial, as actividades desenvolvidas pelo DECIF são de:

- Reforço da monitorização da situação;
- Intensificação das acções preparatórias para a intervenção;
- Colocação de meios humanos e materiais de prevenção em relação ao período de tempo e à área geográfica em que se preveja especial incidência de condições de risco ou emergência.



REGRAS DE EMPENHAMENTO DAS FORÇAS

Definido o empenhamento das forças ou meios dos APC e demais entidades numa operação de combate a incêndios florestais no âmbito do DECIF, nomeadamente na:

- Mobilização
- Accionamento
- Informação / Comunicação
- Atribuição da missão
- Articulação
- Intervenção
- Desmobilização



SISTEMA DE GESTÃO DE OPERAÇÕES

COMANDANTE **OPERAÇÕES SOCORRO** QUEMESTÁ MAIS PRÓXIMO INTERVÉM PRIMEIRO CHEFE EQUIPA **SOCORRO EQUIPA SOCORRO**



SISTEMA DE GESTÃO DE OPERAÇÕES





DESENVOLVIMENTO DA CADEIA DE COMANDO



O Comandante de um Corpo de Bombeiros é o máximo responsável pelo Comando das Operações de Protecção e Socorro, na sua área de actuação, até á transferência do comando para um responsável de escalão superior, se necessário.



POSTO COMANDO OPERACIONAL (PCO)

O Posto de Comando Operacional (PCO) funciona como Órgão Director das Operações, de apoio ao COS, na preparação das decisões e na articulação dos meios.

Compete ao COS garantir a montagem do PCO e a sectorização do TO, para que fique claro a hierarquia de comando, a delegação de tarefas e os métodos de:

- Articulação dos meios;
- Controlo dos recursos;
- Gestão da Informação;
- Expansão ou retracção da organização.

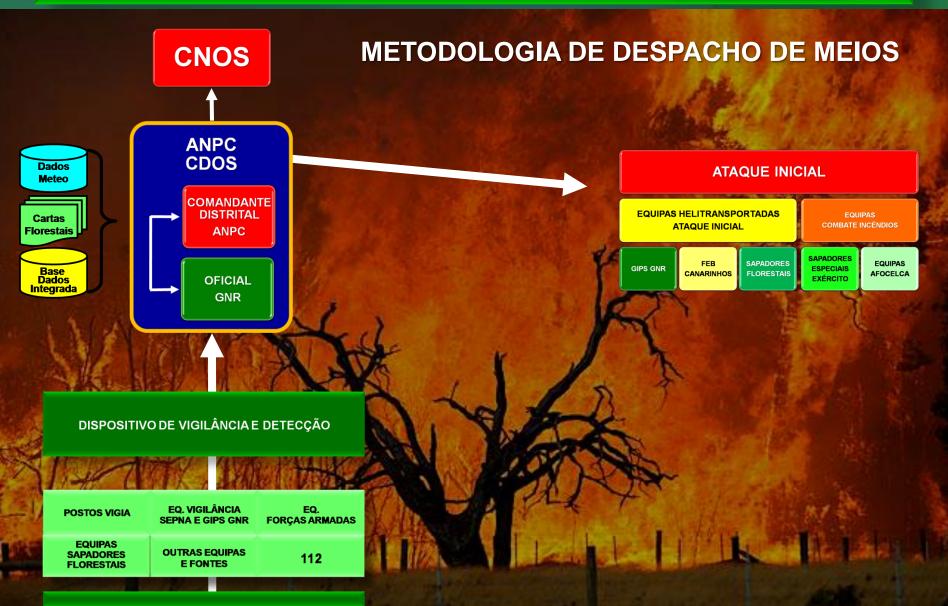


POSTO COMANDO OPERACIONAL CONJUNTO (PCOC)



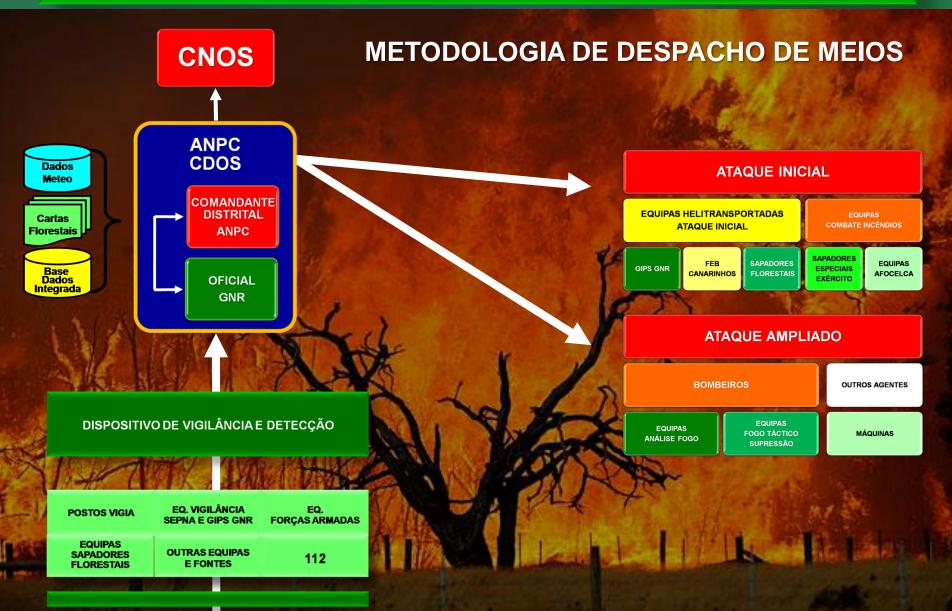






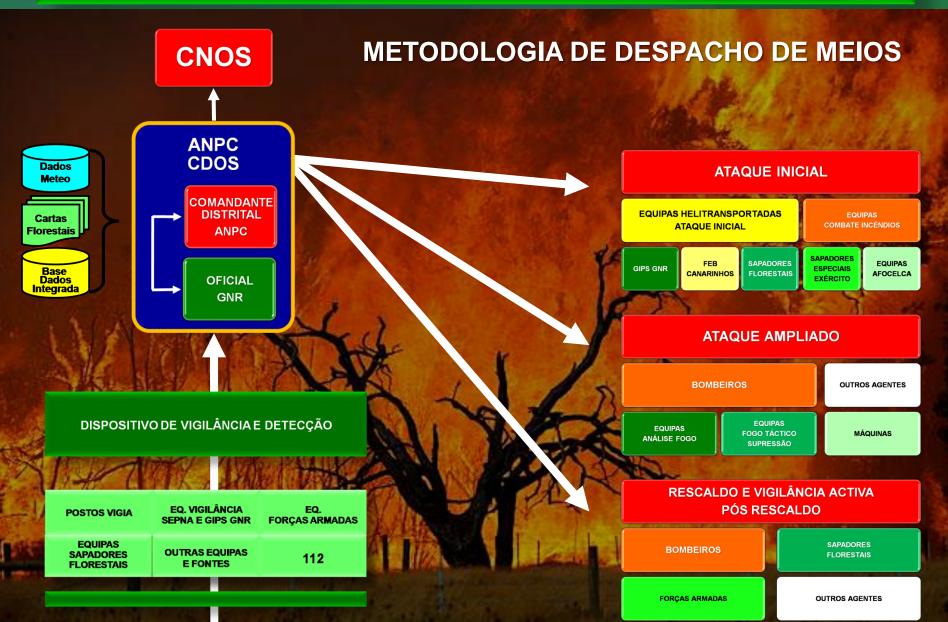








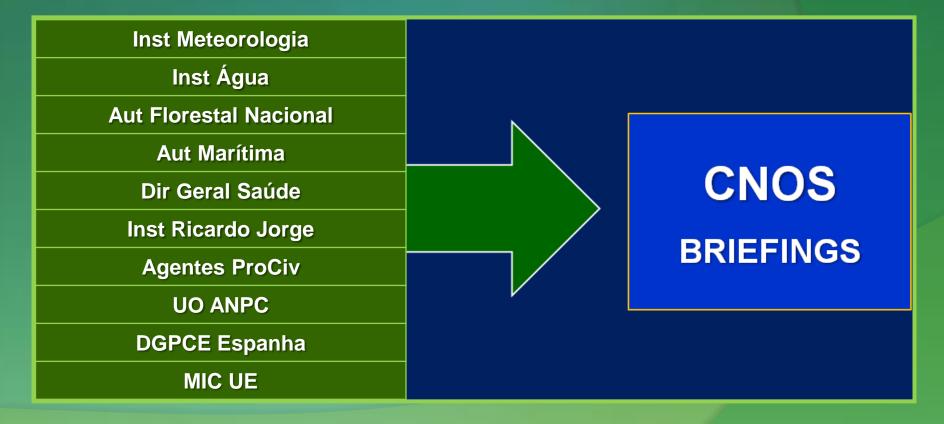






INFORMAÇÃO DE APOIO À DECISÃO

INFORMAÇÃO TÉCNICA / CIENTIFICA





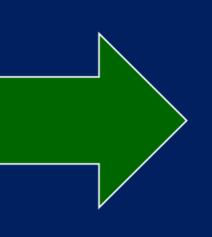
INFORMAÇÃO DE APOIO À DECISÃO

INFORMAÇÃO DIVERSA

CIDADÃOS

ÓRGÃOS COMUNICAÇÃO SOCIAL

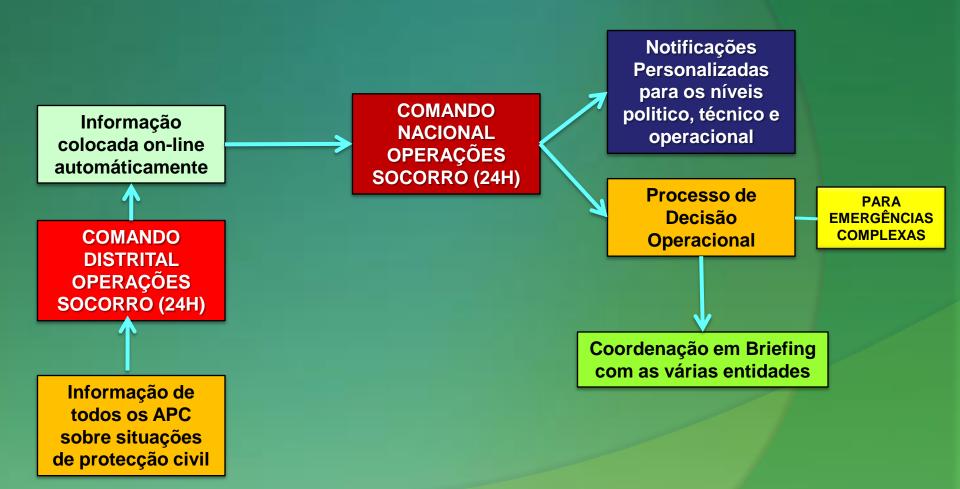
OUTRAS ORIGENS



CNOS
BRIEFINGS

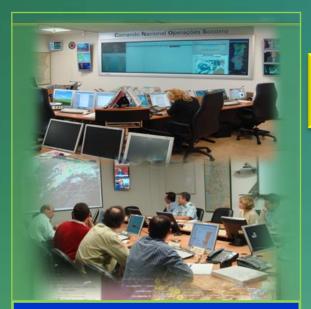


FLUXO SIMPLIFICADO DA INFORMAÇÃO OPERACIONAL





BRIEFINGS OPERACIONAIS DIÁRIOS







PRES ANPC

CONAC

CAS

CPO

Técnicos / Oficiais Ligação

FA **PSP GNR DGAM** IM PJ **EMA MRCC CEGMA** AFN NRA **ICNB** NI INEM **RSB Lx** NT **NSCP FEB ASS IMP OUTROS**

GRI

São agregados, de forma flexível e dinâmica, representantes de entidades em função da situação e do resultado operacional que se pretende atingir.

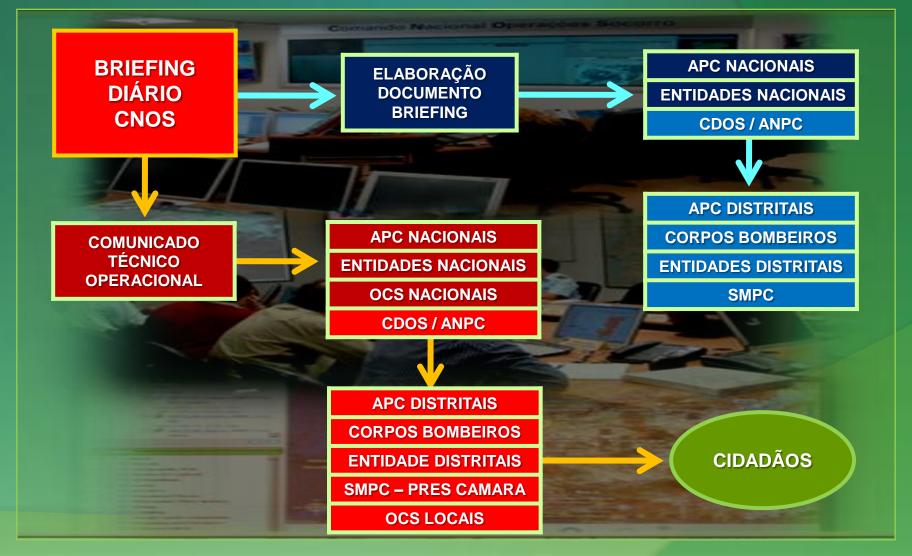


BRIEFINGS OPERACIONAIS



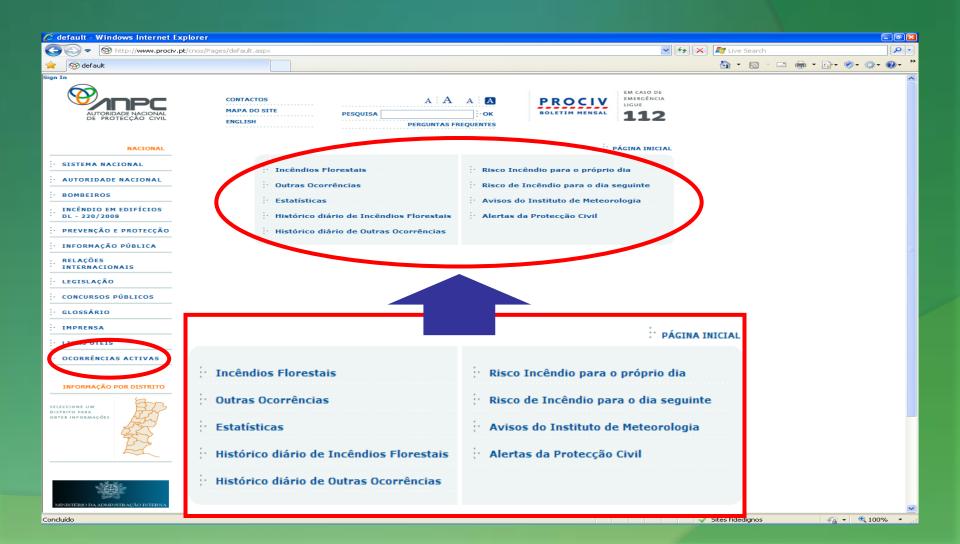


GESTÃO DA INFORMAÇÃO ORIUNDA DOS BRIEFINGS DO CNOS





SITE ANPC – OCORRÊNCIAS ACTIVAS





MEIOS DO DECIF - FORÇAS DE EMPENHAMENTO PERMANENTE

EQUIPAS INTERVENÇÃO PERMANENTE - CB	Intervenção em primeiro alarme
CORPOS BOMBEIROS	Intervenção em primeiro alarme e reforço da intervenção
GRUPO INTERVENÇÃO PROTECÇÃO SOCORRO - GNR	Intervenção de acordo com as fases de perigo
FORÇA ESPECIAL BOMBEIROS	Intervenção de acordo com as fases de perigo
EQUIPAS DO GRUPO DE ANÁLISE E USO DO FOGO - DIPE da AFN	Intervenção especializada
EQUIPAS DE SAPADORES FLORESTAIS – DIPE da AFN	Intervenção de acordo com o nível de alerta
MEIOS AÉREOS	Intervenção em ataque inicial e ampliado



MEIOS DO DECIF

ALFA

01JAN **14 MAI** **BRAVO**

15 MAI 30 JUN **CHARLIE**

01 JUL **30 SET** **DELTA**

01 OUT 15 OUT **ECHO**

16 OUT 31 DEZ

RECURSOS TÉCNICOS MEIOS AÉREOS POSTOS VIGIA RECURSOS HUMANOS TERRESTRES 6.180 1.457 24 **70**

DE 12 ORGANISMOS DO ESTADO, ENTIDADES E INSTITUIÇÕES PRIVADAS

			ENTIDADES			
ANPC	BOMBEIROS	EIP	FEB	DIPE - AFN	GIPS GNR	SEPNA GNR
ICNB	FA	PSP	PJ	DGAM	POR/SOP/AL	MUNICIPIOS



MEIOS DO DECIF

ALFA

01JAN 14 MAI **BRAVO**

15 MAI 30 JUN **CHARLIE**

01 JUL 30 SET **DELTA**

01 OUT 15 OUT **ECHO**

16 OUT 31 DEZ

RECURSOS HUMANOS	RECURSOS TÉCNICOS TERRESTRES	MEIOS AÉREOS	POSTOS VIGIA	
9.825	2.182	56	237	

DE 12 ORGANISMOS DO ESTADO, ENTIDADES E INSTITUIÇÕES PRIVADAS

			ENTIDADES			
ANPC	BOMBEIROS	EIP	FEB	DIPE - AFN	GIPS GNR	SEPNA GNR
ICNB	FA	PSP	PJ	DGAM	POR/SOP/AL	MUNICIPIOS



MEIOS DO DECIF

ALFA

01JAN 14 MAI **BRAVO**

15 MAI 30 JUN CHARLIE

01 JUL 30 SET **DELTA**

01 OUT 15 OUT **ECHO**

16 OUT 31 DEZ

RECURSOS HUMANOS	RECURSOS TÉCNICOS TERRESTRES	MEIOS AÉREOS	POSTOS VIGIA	
5.409	1.240	24		

DE 12 ORGANISMOS DO ESTADO, ENTIDADES E INSTITUIÇÕES PRIVADAS

			ENTIDADES			
ANPC	BOMBEIROS	EIP	FEB	DIPE - AFN	GIPS GNR	SEPNA GNR
ICNB	FA	PSP	PJ	DGAM	POR/SOP/AL	MUNICIPIOS



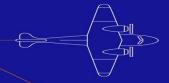


Trabalho conjunto

ANPC e EMA

AUTORIDADE NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL

MANUAL OPERACIONAL EMPREGO DOS MEIOS AÉREOS EM OPERAÇÕES DE PROTECÇÃO CIVIL

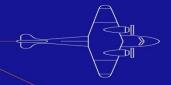


Importância decisiva dos meios aéreos no combate aos incêndios florestais para o sucesso da estratégia definida.

- Rapidez, versatilidade, mobilidade e capacidade;
- Implementação do conceito de ataque inicial;
- Capacidade de despacho de meios rápidos em reforço do ataque inicial ou mesmo em ataque ampliado;

Os Meios Aéreos são complementares dos meios terrestres Os Meios Aéreos só por si não extinguem Incêndios Florestais

MANUAL OPERACIONAL EMPREGO DOS MEIOS AÉREOS EM OPERAÇÕES DE PROTECÇÃO CIVIL



FINALIDADE

- Estabelecer o enquadramento operacional dos meios aéreos afectos à ANPC;
- Definir os princípios gerais que orientam a sua utilização em plena segurança;
- Ajustar os procedimentos que concorrem para uma execução operacional eficaz.



O CAMINHO NÃO É DE FACILIDADES

NECESSÁRIO REDOBRAR AS ENERGIAS

FIRMEZA NA DECISÃO RAPIDEZ NA INTERVENÇÃO EMPENHO
NA COOPERAÇÃO

COMPETÊNCIA

CONFIANÇA

DETERMINAÇÃO



NECESSÁRIO GARANTIR

EFICÁCIA NA PREVENÇÃO OPERACIONAL

INTEGRAÇÃO DAS FORÇAS PRÉ
POSICIONAMENTO
E ATAQUE INICIAL

MASSIVAS
CAMPANHAS DE
SENSIBILIZAÇÃO

A Protecção Civil

tem de ser entendida
como actividade de partilha de
recursos, responsabilidades e saberes.



Muito obrigado!





